


**EDUCAÇÃO DECOLONIAL E SABERES TERRITORIAIS: UMA EXPERIÊNCIA
INTERCULTURAL CRÍTICA ENTRE O IFAP CAMPUS OIAPOQUE COM A
COMUNIDADE INDÍGENA E QUILOMBOLA LOCAL**

**DECOLONIAL EDUCATION AND TERRITORIAL KNOWLEDGES: A CRITICAL
INTERCULTURAL EXPERIENCE BETWEEN IFAP CAMPUS OIAPOQUE AND THE
LOCAL INDIGENOUS AND QUILOMBOLA COMMUNITY**

**EDUCACIÓN DECOLONIAL Y SABERES TERRITORIALES: UNA EXPERIENCIA
INTERCULTURAL CRÍTICA ENTRE EL IFAP CAMPUS OIAPOQUE Y LA
COMUNIDAD INDÍGENA Y QUILOMBOLA LOCAL**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n5-050>

Data de submissão: 14/04/2026

Data de publicação: 14/05/2026

José Henrique Mendes Crizostomo

Doutorando em Sociologia Política

Instituição: Instituto Federal do Amapá (IFAP)

E-mail: jose.crizostomo@ifap.edu.br

Orcid: 0000-0001-7302-6787

Leandson Anika Batista

Pedagogo

Instituição: Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá (EIEJI)

E-mail: anikaleandro11@gmail.com

Janes Martins

Professor Licenciado em Geografia

Instituição: Escola Indígena Municipal Maria Flor dos Santos (EIMMFS)

E-mail: jhonemartins41@gmail.com

RESUMO

Partindo da experiência de realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de 2025 no IFAP Campus Oiapoque – evento construído em parceria com as escolas indígenas Jorge Iaparrá e Maria Flor dos Santos, bem como com a Associação Quilombola Kulumbu do Patuazinho –, este artigo problematiza as relações de poder epistêmico que atravessam o currículo escolar e propõe a interculturalidade crítica como horizonte para uma educação decolonial. Argumentamos que o currículo não é uma simples lista de conteúdos, mas um campo de forças simbólicas em permanente disputa, no qual se define quais conhecimentos são legítimos e quais são silenciados. A inclusão de saberes indígenas, quilombolas e ribeirinhos não se reduz a uma questão de representatividade cultural; trata-se, antes, de uma exigência de justiça cognitiva. O artigo analisa o caso exitoso da SNCT 2025, mostrando como atividades educativas podem ressignificar o currículo ao promover o diálogo entre diferentes racionalidades – para além da lógica técnica e mercantil –, superando barreiras históricas de valorização desses saberes no contexto escolar. A pesquisa, de abordagem qualitativa, descritiva e bibliográfica, fundamenta-se em autores como Bispo dos Santos, Brandão, Capra, Freire, Leff, Meneses, Walsh, entre outros. Concluímos que a experiência representa um modelo possível de construção de uma educação crítica, intercultural e decolonial, ao articular escola, território e ancestralidade.

Palavras-chave: Interculturalidade Crítica. Decolonialidade. Currículo Escolar. Saberes Tradicionais. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

ABSTRACT

Based on the experience of the 2025 National Science and Technology Week (SNCT) at IFAP Campus Oiapoque—an event organized in partnership with the Jorge Iaparrá and Maria Flor dos Santos indigenous schools, as well as the Kulumbu do Patuazinho Quilombola Association—this article problematizes the relations of epistemic power that permeate the school curriculum and proposes critical interculturality as a horizon for decolonial education. We argue that the curriculum is not a simple list of contents, but a field of symbolic forces in permanent dispute, where it is defined which knowledges are legitimate and which are silenced. The inclusion of indigenous, quilombola, and ribeirinho (traditional riverside) knowledges is not merely a matter of cultural representation; rather, it is a requirement of cognitive justice. The article analyzes the successful case of SNCT 2025, demonstrating how educational activities can reframe the curriculum by promoting dialogue between different rationalities—moving beyond technical and mercantile logic—and overcoming historical barriers to the valuation of these knowledges within the school context. This qualitative, descriptive, and bibliographic research is grounded in authors such as Bispo dos Santos, Brandão, Capra, Freire, Leff, Meneses, Walsh, among others. We conclude that the experience represents a viable model for building a critical, intercultural, and decolonial education by articulating school, territory, and ancestry.

Keywords: Critical Interculturality. Decoloniality. School Curriculum. Traditional Knowledges. National Science and Technology Week.

RESUMEN

A partir de la experiencia de realización de la Semana Nacional de Ciencia y Tecnología (SNCT) de 2025 en el IFAP Campus Oiapoque —evento construido en alianza con las escuelas indígenas Jorge Iaparrá y Maria Flor dos Santos, así como con la Asociación Quilombola Kulumbu do Patuazinho—, este artículo problematiza las relaciones de poder epistémico que atraviesan el currículo escolar y propone la interculturalidad crítica como horizonte para una educación decolonial. Argumentamos que el currículo no es una simple lista de contenidos, sino un campo de fuerzas simbólicas en permanente disputa, en el cual se define qué conocimientos son legítimos y cuáles son silenciados. La inclusión de saberes indígenas, quilombolas y ribereños no se reduce a una cuestión de representatividad cultural; se trata, más bien, de una exigencia de justicia cognitiva. El artículo analiza el caso exitoso de la SNCT 2025, mostrando cómo las actividades educativas pueden resignificar el currículo al promover el diálogo entre diferentes racionalidades —más allá de la lógica técnica y mercantil—, superando barreras históricas de valoración de estos saberes en el contexto escolar. La investigación, de enfoque cualitativo, descriptivo y bibliográfico, se fundamenta en autores como Bispo dos Santos, Brandão, Capra, Freire, Leff, Meneses, Walsh, entre otros. Concluimos que la experiencia representa un modelo posible de construcción de una educación crítica, intercultural y decolonial, al articular escuela, territorio y ancestralidad.

Palabras clave: Interculturalidad Crítica. Decolonialidad. Currículo Escolar. Saberes Tradicionales. Semana Nacional de Ciencia y Tecnología.

1 INTRODUÇÃO

A realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de 2025 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) – Campus Oiapoque constituiu um evento singular. Diferentemente de edições anteriores, a SNCT 2025 foi construída de maneira colaborativa com a Escola Estadual Indígena Jorge Iaparrá (Aldeia Manga, povo Karipuna), a Escola Indígena Municipal Maria Flor dos Santos (Aldeia Kuahí, povo Palikur) e, em um momento articulado, com a Associação Quilombola Kulumbu do Patuazinho, que teve atuação mais destacada na Semana da Diversidade Étnico-Racial, realizada na sequência e mantendo o diálogo entre os eventos. Essa experiência nos convoca a refletir sobre as possibilidades e os desafios do diálogo intercultural na perspectiva decolonial.

Por diálogo intercultural entendemos, com Fleuri (2005), a construção de contextos relacionais entre diferentes, que exigem interação intencional e reciprocidade entre os sujeitos envolvidos. Não se trata de mera tolerância ou coexistência pacífica, mas de um confronto produtivo de saberes e de uma negociação constante de sentidos. A interculturalidade, tal como formulada por autoras e autores latino-americanos (Walsh, 2005, 2006; Candau, 2012), emerge justamente como crítica ao multiculturalismo assimilacionista ou folclórico. Ela se propõe a problematizar as estruturas de poder – sociais, políticas e epistêmicas – que perpetuam a colonialidade. Como afirma Walsh (2009, p. 24), trata-se de questionar e reverter as “*estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade*”. Nesse sentido, a interculturalidade sem decolonialidade corre o risco de se tornar um diálogo inócuo que não altera as relações de poder; por outro lado, a decolonialidade precisa da interculturalidade como prática concreta de encontro e construção compartilhada. Ambas se complementam criticamente.

A produção de conhecimento no Ocidente moderno fundou-se em uma base racionalista e positivista que se pretende universal, neutra e objetiva. Desde o Iluminismo, consolidou-se um modelo epistemológico hegemônico que não apenas desconsidera outras formas de conhecimento, mas as trata como inferiores, folclóricas ou pré-científicas. Como observa Santos (2007, p. 225), a “*grande divisão epistemológica do mundo moderno instituiu um abismo entre as formas de conhecimento produzidas pelas ciências ocidentais e aquelas que emergem das práticas culturais e espirituais dos povos originários*”. Essa hierarquização não é acidental: ela acompanhou o processo de colonização, no qual a ciência europeia serviu como instrumento de dominação, justificando a exploração de territórios e populações sob o argumento da “superioridade civilizacional”.

A história da construção da ciência moderna, portanto, está entrelaçada com a afirmação de um sistema mundial eurocentrado (Ndlovu, 2017). As condições de produção da verdade – os critérios

de validade, os métodos, as instituições autorizadas – foram estabelecidas a partir de um lugar de poder específico, excluindo sistematicamente outras racionalidades epistêmicas. Foucault (2004) já nos alertava que a verdade é indissociável dos regimes de poder que a produzem e a sustentam. Por isso, interrogar o conhecimento hegemônico significa, simultaneamente, interrogar as relações históricas que estabelecemos com o mundo, com os outros seres humanos e com os não humanos. Significa perguntar: quem tem o direito de enunciar o que é verdade? Quais modos de vida, quais sujeitos e quais saberes têm sido considerados legítimos?

Nessa perspectiva, a ciência moderna, ao se colocar como hegemônica, não apenas desconsidera os saberes tradicionais, mas frequentemente os usurpa. Conhecimentos sobre plantas medicinais, manejo de solos, previsão climática ou navegação – produzidos por povos indígenas e tradicionais ao longo de séculos – são apropriados, ressignificados e apresentados como “descobertas” científicas. O epistemicídio – termo cunhado por Boaventura Sousa Santos para designar a morte do conhecimento do outro – opera de forma silenciosa e continuada, tornando invisíveis as sabedorias baseadas em outras epistemologias.

Ainda mais grave: a inferiorização dos saberes indígenas se acompanha da produção de uma alteridade colonial, na qual o indígena é representado como “selvagem”, desprovido de racionalidade, incapaz de produzir conhecimento válido. Essa imagem, repetida ao longo de séculos, naturalizou a exploração e a violência. Contudo, é necessário desconstruir também a noção estática de “tradicional”. Como argumenta Shubert (2018), o tradicional não se opõe à mudança; ao contrário, os saberes indígenas estão em contínua transformação, respondendo a contextos históricos, regionais e ambientais específicos. A tradição, nesse sentido, está aliançada à ancestralidade, mas também à inventividade e à criatividade. O indígena que utiliza um celular ou uma motosserra não “perde sua tradição”; ele a atualiza. Descolonizar a noção de tradicional é condição para um diálogo intercultural que não aprisione o outro em um passado imutável.

O presente artigo, de abordagem qualitativa, descritiva e bibliográfica (Minayo, 2007; Gil, 2008), toma a SNCT 2025 no IFAP Campus Oiapoque como objeto de análise para refletir sobre como eventos educacionais, científicos e práticas extensionistas podem constituir-se como espaços efetivos de encontro, horizontalidade e valorização de saberes subalternizados. A experiência que descreveremos foi exitosa ao conseguir aproximar, de maneira prática e dialógica, estudantes indígenas e não indígenas, professores do IFAP e de escolas indígenas, lideranças e artesãos. Mostramos que é possível construir uma educação crítica, intercultural e decolonial – desde que haja disposição institucional, tempo de diálogo prévio e respeito à autonomia das comunidades.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INTERCULTURALIDADE CRÍTICA, DECOLONIALIDADE E ECOLOGIA DE SABERES

A constituição do currículo escolar como campo de disputa é um dos legados da sociologia da educação, em particular das análises de Pierre Bourdieu sobre violência simbólica. Bourdieu nos mostrou que o conhecimento consagrado pela escola não é neutro, mas expressa o *habitus* e o capital cultural das classes dominantes. No entanto, a perspectiva bourdieusiana precisa ser complementada pela crítica decolonial, pois a hierarquia escolar não se reduz a hierarquias de classe: ela é também racial e colonial. A exclusão dos saberes indígenas do currículo não se deve apenas a uma “inadequação” entre o *habitus* familiar e o escolar, mas a um histórico de epistemicídio que determinou, de antemão, que esses saberes não eram dignos de figurar no rol do conhecimento legítimo.

A filósofa indígena Leanne Betasamosake Simpson (2017) nos lembra que o conhecimento indígena não é uma acumulação de dados, mas uma forma de viver em reciprocidade com todas as formas de vida. Essa formulação desafia a própria base da epistemologia ocidental, que separa sujeito e objeto, teoria e prática, conhecer e viver. Capra (1997, p. 231) já denunciava que o “*pensamento cartesiano reduziu os sistemas vivos a mecanismos, eliminando o sentido, o valor e a interdependência como fundamentos da vida*”. Uma educação que se pretenda intercultural e decolonial precisa, portanto, não apenas adicionar conteúdos sobre culturas indígenas, mas transformar suas premissas epistemológicas: aprender a conhecer a partir da relação, da escuta, do corpo, do território.

Bispo dos Santos (2023, p. 42), descreve com precisão essa outra concepção de saber: “*o saber não é algo que se ensina como uma receita, mas é o jeito de viver, é o que se aprende andando junto, é o que está na mata, nos cantos, nos silêncios e nos corpos*”. Essa perspectiva nos obriga a repensar a noção de “conteúdo” escolar. O currículo, nessa chave, não pode mais ser visto como uma grade de disciplinas e tópicos a serem transmitidos; ele se torna uma prática viva, situada, co-construída com as comunidades e com seus modos próprios de produzir e transmitir conhecimento.

A ideia de ecologia de saberes, proposta por Boaventura Sousa Santos (2006, 2014), oferece um caminho teórico promissor. Trata-se de promover a articulação dialógica entre conhecimentos científicos ocidentais e conhecimentos tradicionais, sem hierarquia a priori. Como escreve Santos (2014):

cada tecnologia leva consigo o peso de um modo de ver e de ser na natureza e com outros seres humanos. Portanto, o futuro pode ser encontrado no cruzamento de diferentes conhecimentos e diferentes tecnologias (Santos, 2014, p. 239).

Essa ecologia não significa abdicar do rigor ou da crítica, mas ampliar o que entendemos por rigor, incluindo outros critérios de validade – a eficácia prática, a sustentabilidade ecológica, a pertinência cultural, o bem viver.

No campo da educação, a interculturalidade crítica (Walsh, 2009; Candau, 2012) traduz essas ideias em práticas pedagógicas concretas. Ela se contrapõe tanto ao multiculturalismo assimilacionista – que inclui a diferença apenas para integrá-la à matriz dominante – quanto ao multiculturalismo folclórico – que exotiza a diferença, reduzindo-a a espetáculo. Em lugar disso, propõe três movimentos articulados: horizontalidade (os saberes tradicionais são co-construtores, não meros convidados), confronto com assimetrias (reconhecer e reverter historicamente hierarquias epistêmicas) e transformação estrutural (a interculturalidade não é um apêndice, mas o princípio organizador da prática educativa).

É nesse horizonte que se inscreve a experiência da SNCT 2025 no IFAP Campus Oiapoque. Ela não foi uma atividade paralela ou decorativa; buscou, ao contrário, ressignificar o próprio sentido de fazer ciência e tecnologia a partir do território, das águas, das florestas e das memórias ancestrais.

3 O CONTEXTO: OIAPOQUE E SEUS POVOS

O município de Oiapoque, localizado no extremo norte do estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa, é um território de rica e complexa diversidade étnico-cultural. Quatro povos indígenas vivem em suas terras: os Karipuna, os Palikur, os Galibi-Marworno e os Galibi-Kalinã. De acordo com o Censo de 2022, o município conta com 8.088 indígenas, o que representa mais de 70% da população indígena do estado (11.334 pessoas). Esses povos habitam três Terras Indígenas demarcadas e homologadas desde 1996: a TI Uaçá (470 mil hectares), onde vivem Galibi-Marworno, Palikur e Karipuna; a TI Juminã (42 mil hectares), habitada por Karipuna e Galibi-Marworno; e a TI Galibi (7 mil hectares), onde vivem Galibi-Kalinã e Karipuna.

A produção etnográfica sobre esses povos é considerável (Capiberibe, 2007; Tassinari, 2003; Vidal, 2009; Gallois & Grupioni, 2009; Ricardo, 1983), e desde 2007 a Universidade Federal do Amapá – Campus Binacional oferece a Licenciatura Intercultural Indígena, que tem formado professores indígenas pesquisadores de suas próprias culturas. Essa presença acadêmica e a organização política das comunidades criam um ambiente propício para iniciativas de educação intercultural.

Além dos povos indígenas, Oiapoque abriga comunidades ribeirinhas, quilombolas e uma população migrante oriunda de diversas regiões do país e do exterior, atraída pelo contexto de fronteira. Paradoxalmente, essa riqueza cultural convive com desafios estruturais históricos:

infraestrutura urbana precária (saneamento, transporte, saúde, educação) e uma presença estatal intermitente. No campo educacional, o currículo escolar frequentemente ignora ou trata de forma estereotipada os saberes e as cosmovisões das populações tradicionais.

O IFAP Campus Oiapoque, ciente de sua responsabilidade social e territorial, tem buscado construir práticas pedagógicas que dialoguem com essa realidade. A SNCT tornou-se, nesse esforço, um laboratório de interculturalidade crítica.

4 A SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2025: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

A 22ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), coordenada nacionalmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), ocorreu em todo Brasil no mês de outubro de 2025 o tema oficial "Planeta Água: cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território". No IFAP campus Oiapoque a SNCT ocorreu nos dias 18 e 19 de novembro de 2025, para coincidir com a Semana Cultural da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá (Aldeia Manga).

Para melhor refletir a realidade do extremo norte do Amapá, o campus Oiapoque definiu um recorte temático próprio: "Ciência e Tecnologia na Fronteira: o papel estratégico de Oiapoque no contexto amazônico e transfronteiriço no enfrentamento das mudanças climáticas". Esse recorte buscou destacar a importância dos ecossistemas aquáticos e da sustentabilidade em uma região marcada pela fronteira Brasil-Guiana Francesa. Ao aplicar o tema nacional à nossa realidade, integramos três pilares fundamentais: a Amazônia, os saberes dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos) e os rios fronteiriços, com ênfase na cooperação transfronteiriça como estratégia de combate às mudanças climáticas. A água, nesses territórios, não é apenas um recurso natural; ela se constitui como elemento cósmico, via de transporte, território sagrado e espaço de luta por direitos.

O planejamento do evento iniciou-se três meses antes, com um processo sistemático de escuta e diálogo. A comissão organizadora, composta por professores do IFAP, da Escola Estadual Indígena Jorge Iaparrá (Aldeia Manga, povo Karipuna) e da Escola Indígena Municipal Maria Flor dos Santos (Aldeia Kuahí, povo Palikur), realizou reuniões periódicas, visitas aos territórios e oficinas de coconstrução da programação. Sendo fundamental também a parceria com a Coordenação Regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará, que atuou em parceria como facilitadora dessas ações. Foram realizadas também reuniões com lideranças indígenas, pajés e artesãs, para definir temas, formatos e critérios de participação.

A programação final articulou ciência ocidental e saberes tradicionais de maneira horizontal.

Destaque para:

- **Imersão intercultural na Aldeia Manga:** alunos do IFAP e da Escola Indígena Municipal Maria Flor dos Santos visitaram a Semana Cultural promovida pela EEI Jorge Iaparrá. A semana cultural é um projeto criado pela escola em 2013, que teve como objetivo revitalizar a cultura e a identidade do povo Karipuna através de oficinas e produções de materiais como: cestaria, cerâmica, artefatos, artesanatos pinturas corporais, grafismos, símbolos, e artefatos em formas de animais, culinária entre outros. O nome semana cultural (“*Simen dji mias edjie*”, na língua Khéoul Karipuna) vem trazendo um marco histórico de um povo indígena que luta para garantir a sua identidade e seus direitos em sociedade. Essas produções levam experiências que antigamente eram passadas de geração em geração e hoje é realizada pela instituição escolar. Na imersão os alunos puderam conhecer e vivenciar essas práticas culturais que teve duração de dois dias inteiros e inclui banho de rio no Rio Kuripi, grafismo corporal, culinária tradicional e caminhadas orientadas.
- **Oficinas e exposições no IFAP:** foram montadas exposições de materiais indígenas contextualizados com a cultura dos povos Karipuna e Palikur, incluindo artefatos de caça, pesca e artesanato. Estudantes indígenas atuaram como monitores e explicadores, assumindo uma posição de autoridade epistêmica.
- **Atividades esportivas e lúdicas:** corrida de tora, corrida do jamaxi, arco e flecha, cabo de guerra e futebol – brincadeiras tradicionais e contemporâneas – promoveram a troca corporal e lúdica entre os participantes.
- **Diálogos sobre o tema água:** lideranças indígenas compartilharam conhecimentos sobre cheias, ciclos das águas e mudanças climáticas percebidas no território, em contraste com dados científicos apresentados por professores do IFAP em palestras e exposições realizadas nas ações no IFAP campus Oiapoque.

A Associação Quilombola Kulumbu do Patuazinho, embora tenha atuado mais diretamente na Semana da Diversidade Étnico-Racial (realizada posteriormente), participou de reuniões preparatórias e colaborou com a articulação logística, garantindo a presença, viabilizando a visita ao território ocorrida em momento posterior e fortalecendo o diálogo entre comunidades negras e indígenas – algo historicamente negligenciado em políticas educacionais.

5 ANÁLISE: POR QUE ESSA EXPERIÊNCIA É INTERCULTURAL E DECOLONIAL

A abordagem adotada na SNCT 2025 do Campus Oiapoque alinha-se ao que a literatura chama de interculturalidade crítica (Walsh, 2009; Candau, 2012). Diferencia-se do multiculturalismo assimilacionista – que reconhece a diversidade mas a subordina à matriz dominante – e do multiculturalismo folclórico – que exotiza a diferença, reduzindo-a a espetáculo.

A experiência foi eminentemente intercultural porque:

1. Horizontalidade: os saberes tradicionais não foram tratados como “convidados especiais” a fazer uma aparição, mas como co-construtores da programação. Os professores, artesãos e lideranças indígenas participaram da definição de temas, formas de transmissão e critérios de validade do que seria apresentado.
2. Confronto com assimetrias: a participação de caciques representando os povos Karipuna e Palikur explicitou, nas falas de abertura, que a ciência ocidental não é a única forma legítima de conhecimento e que a escola historicamente silenciou outros saberes. Esse reconhecimento público é um passo político relevante.
3. Transformação estrutural: embora a SNCT seja um evento pontual, seu formato – com imersões e participação indígena na organização – aponta para uma transformação mais permanente. Vários professores do IFAP manifestaram interesse em incorporar metodologias interculturais em suas disciplinas regulares.

A experiência foi também decolonial na medida em que praticou uma forma de “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2010). Ao colocar no mesmo patamar a medição científica do pH da água e o conhecimento dos pescadores sobre o comportamento dos peixes, ou ao validar a palavra do pajé como fonte de conhecimento sobre mudanças climáticas, o evento recusou o monopólio da ciência ocidental sobre a verdade. Não se tratou de negar o método científico, mas de subverter a hierarquia que tradicionalmente o coloca acima de qualquer outro saber. Como afirma Grosfoguel (2013), trata-se de *“subverter a hierarquia de conhecimentos e atuar a partir da diversidade como projeto universal alternativo”*.

Do ponto de vista pedagógico, a experiência reposicionou o papel dos professores e estudantes. Os docentes do IFAP não atuaram como “tradutores” da ciência para leigos, mas como articuladores de um diálogo entre conhecimentos situados. Aprenderam tanto quanto ensinaram – ou, como diria Paulo Freire (1996), ensinar exige disponibilidade para o diálogo e humildade.

Para os estudantes indígenas, ver seus caciques, lideranças e professores sendo tratados como detentores de conhecimento válido produziu um efeito de autoestima e pertencimento. Relatos

coletados ao final do evento indicam que muitos se sentiram verdadeiramente reconhecidos pela escola. Para os estudantes não indígenas, o contato direto com as comunidades e com as práticas tradicionais contribuiu para desfazer preconceitos arraigados – como a ideia de que “indígena não usa celular” ou “indígena vive no passado”.

6 DESAFIOS E LIMITES

Apesar do sucesso, a experiência não está isenta de desafios. O principal deles é a institucionalização do diálogo intercultural. A SNCT 2025 foi um evento extraordinário, fruto do empenho pessoal de alguns docentes e lideranças. Resta saber se a instituição conseguirá incorporar essas práticas no currículo regular, nas avaliações, nos projetos pedagógicos de curso. O risco é que a interculturalidade se torne um “momento festivo” anual, sem desdobramentos no cotidiano escolar.

Outro desafio é a sustentabilidade financeira e logística. O deslocamento de estudantes entre o IFAP e as aldeias, a alimentação, o transporte de materiais – tudo isso demanda recursos que nem sempre estão garantidos, tanto que o recurso aprovado para ser aplicado na SNCT 2025 só foi liberado pelo CNPq em 2026, tendo o evento ocorrido graças ao empenho e dedicação dos membros da equipe organizadora e das instituições escolares envolvidas.

Há ainda a questão da formação docente. A maioria dos professores do IFAP não teve, em sua formação inicial, contato com perspectivas interculturais ou decoloniais. Para que a experiência se consolide, será necessário investir em cursos de formação continuada, acompanhamento pedagógico e produção de materiais didáticos adequados.

Por fim, é preciso evitar o risco da apropriação institucional do discurso intercultural sem sua efetiva prática. Como observa Walsh (2009), a interculturalidade pode ser cooptada pelo Estado e transformada em um novo dispositivo de governo das diferenças. Cabe às comunidades indígenas e quilombolas manterem o controle sobre os processos e definirem os limites do diálogo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2025 no IFAP Campus Oiapoque foi mais do que um evento de divulgação científica. Foi um ensaio concreto de educação intercultural e decolonial, construído a partir do diálogo horizontal com escolas indígenas, lideranças e comunidades tradicionais. A experiência demonstrou que é possível ressignificar o currículo – mesmo em um evento pontual – ao acolher outras racionalidades que não aquelas da lógica técnica e mercantil.

Aprendemos que o diálogo intercultural exige tempo, escuta, humildade e disposição para aprender. Que a justiça epistemológica não se decreta, mas se pratica – em cada reunião, cada oficina,

cada diálogo. E, sobretudo, aprendemos que os povos indígenas não são objetos de estudo, nem “temas” a serem incluídos no currículo; são sujeitos políticos e epistêmicos, produtores de conhecimento sobre o mundo, a água, a floresta e a vida.

Que esta experiência inspire outras instituições educacionais do Amapá e da Amazônia. Em tempos de crise climática e de recrudescimento do racismo, a aposta em uma educação científica verdadeiramente democrática, intercultural e decolonial é também uma aposta no futuro do próprio planeta.

REFERÊNCIAS

- BISPO DOS SANTOS, A. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- BOURDIEU, P. A reprodução. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CANAU, V. M. Diferenças culturais, interculturalidade e ensino de direito. In: MOREIRA, A. F. B.; CANAU, V. M. (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CAPIBERIBE, A. Os Palikur e o Estado. São Paulo: Annablume, 2007.
- CAPRA, F. A teia da vida. São Paulo: Cultrix, 1997.
- FLEURI, R. M. Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nas relações educacionais. *Perspectiva*, v. 23, n. 1, p. 189-208, 2005.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2004.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALLOIS, D. T.; GRUPIONI, Luís D. B. (Orgs.). Povos indígenas no Amapá e norte do Pará. São Paulo: IEPÉ, 2009.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2013.
- LEFF, E. Saber ambiental. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2014.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-304, 2010.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2007.
- NDLOVU, M. Why I am a decolonialist. *Mail & Guardian*, 2017.
- POTIGUARA, E. Metade cara, metade máscara. São Paulo: Editora e Livraria Pulsional, 2018.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RICARDO, C. A. Povos indígenas no Brasil. São Paulo: CEDI, 1983.
- SANTOS, B. S. A gramática do tempo. São Paulo: Cortez, 2006.

- _____. Para além do pensamento abissal. Coimbra: CES, 2007.
- _____. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2014.
- SHUBERT, M. I. Saberes tradicionais e educação. Curitiba: Appris, 2018.
- SIMPSON, L. B. As we have always done. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.
- TASSINARI, A. No bom da festa. Florianópolis: UFSC, 2003.
- VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, v. 30, n. 6, p. 1024-1054, 2004.
- VIDAL, L. Povos indígenas do Amapá. Macapá: SEBRAE, 2009.
- WALSH, C. Interculturalidad, descolonización del Estado y del saber. Buenos Aires: Del Signo, 2005.
- WALSH, C. Estudios (inter)culturales en clave decolonial. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2006.
- WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e sentir a partir da América Latina. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.